

**POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA 10 NOS MUNICÍPIOS DE
ALAGOAS**

**PUBLIC POLICY FOR EDUCATION: AN EVALUATION OF THE 'ESCOLA
10' PROGRAM IN THE MUNICIPALITIES OF ALAGOAS**

Dayvson Cassiano Lima dos Santos*
João Paulo Fonseca de Almeida**
Joyce Tenório Padilha de Vasconcelos Carnaúba***
Luciana Peixoto Santa Rita****
Anderson Moreira Aristides dos Santos*****
Rodrigo Gameiro Guimarães*****

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento do Programa Escola 10 como política pública educacional no Estado de Alagoas. Apresenta os resultados obtidos pela rede pública no ensino fundamental do Estado de Alagoas, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos últimos 4 biênios disponíveis, relacionando com a implantação desse programa, que foi homologado no ano de 2017. A metodologia é de natureza quantitativa com abordagem descritiva, e parte de uma análise e estudo de caso, onde utilizou-se a técnica de Análise Envoltória de Dados – DEA, a fim de estimar a eficiência dos últimos dois biênios. Constatou-se significativo aumento nas notas das séries finais do ensino fundamental, após a implementação da política pública, contudo as séries iniciais apresentam melhores resultados e com crescimento contínuo em todos os biênios analisados.

Palavras-chave: Educação. Ensino Fundamental. Municípios Alagoanos. IDEB.

ABSTRACT

The article presents the analysis of the results obtained by the public elementary school network in the State of Alagoas according to the Basic Education Development Index - IDEB in the last 4 available biennia, these results were projected and compared with the previously established goals, first individually of each municipalities, after being consolidated with the grades and goals of the State itself, both ways to meet the main objective of verifying the growth of basic education in the State after the implementation of the public policy called Escola 10, which was approved in the year of 2017. There was a significant evolution in the grades of the final grades of elementary school, after the

* PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. dayvsoncassiano@gmail.com

** PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. joapaulobrz@gmail.com

*** PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. joycetenorio@gmail.com

**** PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. luciana.santarita@feac.ufal.br

***** PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. anderson.santos@feac.ufal.br

***** PROFIAP/UFAL – Universidade Federal de Alagoas. gameiro@feac.ufal.br

implementation of the public policy, however the initial grades show better results and with continuous growth in all the biennia analyzed.

Keywords: Education. Elementary School. Alagoas Municipalities. IDEB.

Introdução

A melhoria da qualidade no ensino público é uma grande dificuldade da sociedade brasileira. Apesar da universalização do acesso na década passada (VELOSO, 2011), o oferecimento de um ensino de qualidade representa um obstáculo a ser superado, conforme demonstrado pelas notas do Programme for International Student Assessment (PISA), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2012, as notas do Brasil ficaram abaixo da maioria dos países, com relação às três áreas analisadas (matemática, leitura e ciências).

Com relação a realidade da educação no estado de Alagoas, Lira e Hermida (2018) destacam um resultado negativo nos indicadores relacionados ao tema, principalmente quando se compara com outras regiões do Brasil, como a região Sudeste e Sul. Percebe-se uma estagnação da maior parte dos indicadores, onde os planos e programas de governo replicam as mesmas estratégias e objetivos para resolver as mesmas deficiências. Nesse contexto, recordam que Alagoas apresentou o maior índice de analfabetismo no Brasil em 2015, com média de analfabetos maior que a média da Região Nordeste e bem acima da média nacional (ALAGOAS, 2017b).

Diante desse cenário, com baixos indicadores educacionais e sociais do estado, o programa Escola 10 surgiu em 2017 no estado de Alagoas com objetivos garantir a alfabetização em português e matemática a todos os alunos da rede pública até a conclusão do 3º ano do fundamental; reduzir a evasão escolar, o atraso na formação e o analfabetismo; além de aprimorar os níveis de aprendizagem e aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (SILVA; FARENZENA, 2020).

Dessa forma, considerando a relevância do tema para a Administração Pública, bem como necessidade de estudos que visem analisar o avanço do relevante programa para o ensino de Alagoas, surge a seguinte questão de pesquisa: A qualidade da educação básica na rede pública em Alagoas melhorou após implementação do programa Escola 10? Levantando as seguintes hipóteses:

(I) O Programa Escola 10 colaborou positivamente para o avanço da qualidade do ensino em Alagoas.

(II) O ensino fundamental na rede pública do estado de Alagoas é eficiente.

Tendo em vista a expectativa de melhoria gerada com a implantação desse Programa, a pesquisa que se segue busca verificar se houve aumento nas notas, bem como se as metas estabelecidas pelo IDEB foram atingidas nos biênios 2013, 2015, 2017 e 2019 na rede pública dos 102 municípios Alagoanos. Nesse sentido, tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento do Programa Escola 10 como política pública educacional no Estado de Alagoas.

Esse trabalho tem potencial de contribuir para o meio acadêmico uma vez que se refere à avaliação do Programa Escola 10, que corresponde a uma política pública educacional recente que, mediante pesquisa bibliográfica exploratória prévia, constatou-se ainda não ter sido objeto de análise. Diante disso, possibilita analisar possíveis avanços na qualidade do ensino da rede pública municipal do Estado de Alagoas, e ainda fornece um feedback para o poder público a respeito da eficiência do uso dos recursos públicos e possibilidades de aperfeiçoamento dessa ação governamental.

A pesquisa é constituída por cinco tópicos: este primeiro denominado introdução fornece uma visão geral a respeito da pesquisa. O segundo compreende o embasamento do estudo, constituído da apresentação dos conceitos da literatura existentes acerca do Programa Escola 10 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O terceiro trata da metodologia que norteará a pesquisa. O quarto apresenta os resultados da pesquisa. O quinto considerações finais.

1. Políticas Públicas Educacionais: o Programa Escola 10

Na trajetória brasileira, a concretização dos direitos à educação tem encontrado um caminho de muitos percalços, desde as primeiras iniciativas de ensino das primeiras letras no período imperial até o ensino obrigatório na Constituição de 1934. A atual carta magna brasileira, de 1988, deixa claro em seu artigo 205 que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado, sendo inscrita como direito social do qual a sociedade, e o governante, não podem prescindir. Ainda assim, como evidencia Gomes (2019), os desafios estruturantes impostos à cidadania e à justiça social trazem à lume as contradições da realidade brasileira, onde o direito à educação não se constituiu em projeto prioritário de sociedade e Estado.

A implementação desse direito universal à educação tem sido objeto de diversas

políticas públicas com as mais diversas estratégias: foco no financiamento, na avaliação, metas de aprendizagem, na formação docente, etc. Como bem assinala Janete de Azevedo (2001), as políticas públicas significam a materialização da intervenção do poder público, não do governo, mas do próprio Estado. São através das políticas públicas sociais que é possível concretizar um padrão de proteção social para a redistribuição de benefícios sociais e redução das desigualdades. Nessa condição, ela se volta para indivíduo, como cidadão detentor de direitos.

Para além da constituição, percebe-se que as linhas gerais das políticas educacionais brasileiras são bem delineadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, que abrange em seu bojo a educação básica, compreendendo a educação infantil e pré-escolar, o ensino fundamental, e o ensino médio, bem como aborda o ensino superior, técnico e tecnológico. Da mesma forma, esclarece sobre a conformação do sistema educacional, seus princípios, organização, a formação de professores e a distribuição de competência entre os entes federativos – União, Estados e Municípios.

A expansão vista no acesso à escola, marcadamente após a Constituição de 1988 não refletiu na qualificação massiva do ensino, o que é facilmente perceptível pelo desempenho dos estudantes brasileiros em testes de nível internacional e que buscam verificar a qualidade do sistema educacional, a exemplo do teste de Pisa, ao que se acrescentem os resultados de testes estabelecidos nacionalmente como o Prova Brasil e os resultados do IDEB.

1.1 Educação para todos

O modelo escolhido pelo Brasil, de repartição de competências entre os entes federativos, implica necessariamente em um conjunto de políticas públicas articuladas entre as esferas federal, estadual e municipal, com a respectiva distribuição de responsabilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 introduziu um forte caráter de descentralização, orientando os gastos através da criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério – Fundef.

Além disso, como bem explica Santos (2011), em 2002, durante o Governo FHC foi instituído o Plano Nacional de Educação, conforme a Lei nº 10.172/2002, atribuindo foco nas políticas voltadas ao ensino fundamental, e que viria a ser substituído nos governos do Partido dos Trabalhadores pelo Plano de Desenvolvimento da Educação-

PDE, no ano de 2007, sob o qual foram abrigadas as principais ações do governo na área educacional – ensino infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação. Da mesma forma, no PDE teve como importante ponto articulador o denominado “plano de metas e compromissos todos pela educação”, definido pelo Decreto 6094/2007, e que serviu de base para que os entes federados pudessem construir seus respectivos planos de ação articulada.

Esse plano de metas tem referencial no movimento Todos pela Educação, composto por representações da sociedade civil, iniciativa privada e gestores públicos, nascido no ano de 2006 como uma espécie de aliança entre os partícipes e com o intuito de colaborar para que o Brasil atinja os objetivos fixados até o ano de 2022, como explica Nardi (2010).

O movimento “Todos pela Educação”, com efeito, representou uma articulação entre governo e o empresariado pela participação do movimento nos processos de definição de políticas públicas. Nesse bojo, esclarece Martins (2018) que o movimento contou com apoio financeiro de importantes grupos empresariais e organismos nacionais e internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Examinando o histórico de atuação do movimento, Martins (2018), aponta a corresponsabilidade pela educação como um princípio, compreendendo as atividades do poder público, do setor privado e sociedade civil organizada. Ainda assim, fica evidenciada a crítica ao papel secundário atribuído aos professores e demais profissionais da educação dentro dessa responsabilidade partilhada, ainda que os professores sejam percebidos como os principais responsáveis pelas mudanças na educação. Aos gestores e secretarias de educação, resta a orientação para a implementação de uma gestão por resultados, agregando a racionalidade da empresa na associação da excelência e eficácia a uma educação de qualidade .

1.2 Programa Escola 10

O programa Escola 10 surgiu em 2017 no estado de Alagoas com objetivo de disponibilizar suporte técnico e financeiro as prefeituras que aderissem ao programa, desenvolvendo docentes e avaliando o grau de aprendizagem dos discentes do 5º e 9º anos (SILVA; FARENZENA, 2020).

O modelo do programa é semelhante ao realizado em outros municípios brasileiros e refere-se a um acordo pela educação, conectando estados e municípios com

intuito de proporcionar o direito de aprendizagem aos discentes, bem como fortalecer o sistema colaborativo entre estado e municípios. O foco do programa são os alunos do ensino fundamental do 3º, 5º e 9º anos e possui como objetivos garantir a alfabetização em português e matemática a todos os alunos da rede pública até a conclusão do 3º ano do fundamental; reduzir a evasão escolar, o atraso na formação e o analfabetismo; além de aprimorar os níveis de aprendizagem e aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (SILVA; FARENZENA, 2020).

Conforme a Lei. Nº 8048, que instituiu o programa Escola 10, as cidades que aderem ao programa ficam habilitadas a obter suporte financeiro e técnico do governo estadual, com o recebimento de livros didáticos de forma complementar, contraprestação pecuniária aos responsáveis pela supervisão pedagógica das escolas e avaliação externa, a fim de assegurar a concretização do acordo pactuado entre os envolvidos (ALAGOAS, 2018b).

Araujo, Leite e Passone (2018) entendem o programa Escola 10 como uma forma de pressão ao corpo docente, haja vista a realização de exames e avaliações externas como forma de impor aos docentes o atingimento de metas, ocasionando conflitos nas relações dentro da conjuntura acadêmica.

Oliveira, Gomes e Silva (2020) consideram o programa uma ameaça à concepção democrática de gestão, uma vez que emerge de um paradigma gerencialista, na qual um modelo de administração é exigido das escolas públicas, centrado nos resultados, num contexto de competição e com a finalidade orientada à produtividade.

Em efetivo, esse programa atua de forma complementar às políticas públicas já existentes no âmbito da educação, sendo iniciado no ano de 2017 e convertido na Lei Estadual nº 8048, de 23 de novembro de 2018, tendo como principais características (Alagoas, 2018):

- a) Foco nos estudantes das redes públicas de ensino, cabendo aos professores, coordenadores pedagógicos, articuladores de ensino, gestores escolares e gestores públicos uma responsabilidade partilhada no alcance dos direitos de aprendizagem das crianças durante a educação básica;
- b) Possibilidade de integração com as ações já existentes com o mesmo escopo nos municípios que aderirem ao Escola 10;
- c) Fornecimento de apoio técnico e financeiro pelo governo do Estado a fim de garantir a implementação das ações pactuadas nos municípios;
- d) Possibilidade de concessão de bolsas aos profissionais responsáveis pelo

acompanhamento pedagógico das unidades de ensino (professores efetivos);

- e) Garantia de que todos os estudantes do sistema públicos estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- f) Redução dos índices de alfabetização incompleta, letramento insuficiente e redução da distorção idade-série na Educação Básica;
- g) Melhoria do desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;
- h) Construção de propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes na educação básica.

Passando às ações do programa, o legislador estadual fixou os seguintes eixos:

- a) Acompanhamento pedagógico;
- b) Materiais didáticos; e
- c) Avaliação

Conforme anuncia o governo de Alagoas, o programa Escola 10 garante investimentos adicionais da ordem de R\$ 30 milhões, devendo alcançar 80 mil estudantes, (Agencia Alagoas, 2018).

Silva (2021) estudou como aconteceu a implementação do Escola 10 como programa indutor de melhoria nos índices educacionais do estado e municípios alagoanos e observou que o programa é consequência de uma elaboração sem comunicação com as bases. Além disso, o planejamento do Programa vai sendo desenvolvido durante o processo de implementação, ao passo que, embora passados mais de quatro anos do lançamento, ainda persistem questões fundamentais a serem resolvidas, como a questão da valorização profissional, um aspecto que foi desconsiderado no programa.

1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é na atualidade o mais relevante índice de educação brasileira e foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007, O índice possui como objetivo avaliar a performance da educação no Brasil, sendo mecanismo de monitoramento da qualidade e colaborando com a determinação de objetivos para a melhora na educação (SILVA; WELLINGTON, 2021).

Esse índice é formado pela análise da proficiência em matemática e na língua

portuguesa realizada através de avaliações externas de grande escala, bem como pelas médias obtidas pelas escolas municipais e estaduais na avaliação de educação básica (Saeb), além da taxa de aprovação, que interfere na efetividade da fluidez acadêmica (SILVA; WELLINGTON, 2021).

Nesse contexto, para melhorar o Ideb, as instituições de ensino devem aperfeiçoar simultaneamente essas dimensões, uma vez que o desenvolvimento apenas de uma dimensão não proporcionará necessariamente a melhoria do índice. Por isso, o enfoque do programa Escola 10 abrange tanto a melhoria no controle da fluidez acadêmica quanto a melhoria na proficiência em matemática e Português (SILVA; WELLINGTON, 2021).

Silva e Gonçalves (2020) ao estudarem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) refletiram sobre a criação do Ideb, demonstrando que as metas designadas nesse índice consistem na tentativa de melhorar qualitativamente a educação básica nas escolas da rede de ensino. Assim, o Ideb avaliaria os progressos da educação básica e conectaria as políticas públicas relacionadas à educação com o avanço nos resultados obtidos nesse índice.

Araújo, Leite e Passone (2018) ressaltam que a implementação do Ideb corresponde ao auge da política de responsabilização ocorrida em 2005 no Brasil. Esse índice representa um marco na maneira de condução da gestão educacional, uma vez que provocou modificações no ambiente escolar e na responsabilização dos agentes envolvidos de acordo com os resultados obtidos, além de direcionar a transferência de recursos, que qualifica um método avaliativo nesse período de accountability.

Segundo Silva e Gonçalves (2020), verifica-se que compete ao Ideb mensurar o progresso na qualidade da educação, contudo é falha a redução da percepção da qualidade educacional realizada apenas através de exames padronizados, de caráter meramente técnico, como ocorre com a concepção gerencialista com foco na educação. Embora, a despeito da centralidade desse índice, outros aspectos do contexto educacional são considerados, ainda que esses aspectos não tenham obtido protagonismo maior na aferição dessas políticas.

Em síntese, o Ideb se apresenta como fruto de um indicador de desempenho, mediante o nível médio de proficiência dos alunos da escola, obtidos na Prova Brasil, por um indicador de rendimento, estabelecido como a média das taxas de aprovação da escola, obtida no Censo Escolar (SOARES, 2013).

No indicador de desempenho é considerada a média das proficiências em Leitura e Matemática, conforme o resultado dos alunos na Prova Brasil. Por sua vez, o indicador

de rendimento é usado no Ideb como a razão entre o número de anos da etapa e o número de anos letivos que um aluno típico gasta para completar uma série. A apuração desses resultados, busca traduzir para o gestor a ideia de que as escolas devem ser avaliadas pela aprendizagem dos alunos, refletindo a materialização de um direito de aprendizagem.

Vale frisar, entretanto, segundo Soares (2013), que o Ideb logo passou a figurar como principal indicador de qualidade do ensino e orientador de políticas públicas e de gestão educacionais, todavia, ainda se observam lacunas nesse processo de avaliação merecedoras de análise, como a efetiva situação dos alunos que não comparecem à testagem da Prova Brasil, o maior peso dado à proficiência em matemática a despeito da leitura, por exemplo.

1.4 Avaliação de políticas públicas

A utilização concreta de processos de avaliação de políticas públicas pode colaborar com a clareza das atividades públicas, bem como expor aos cidadãos mecanismos de controle e supervisão das ações estatais, atestando, dessa forma, a legitimidade dos programas elaborados (WEISS, 1999; ALA-HARJA; HELGASON, 2014; MOKATE, 2002; VEDUNG, 2009; RAMOS; SCHABBACH, 2012). É válido ressaltar que, por ter uma natureza política, as avaliações podem auxiliar a continuidade ou não de determinada política, muitas vezes vinculada às premissas e parâmetros estratégicos dos envolvidos (RAMOS; SCHABBACH, 2012; ARRETICHE, 2001; CRUZ, 2015).

Segundo Frey (2000), a avaliação é o processo que finaliza o ciclo de políticas públicas. Para Ala-Harja e Helgason (2014), o processo de avaliação de políticas pode ser entendido como a investigação da relação entre os objetivos propostos e os resultados efetivamente obtidos por programa específico. Arretche (2001) indica que o processo de avaliação pode ser realizado considerando a eficiência, eficácia e efetividade. Desses, a eficiência se refere à avaliação de maior urgência.

Como bem assinalam Oliveira e Passador (2019), na América Latina se percebe uma busca por ações de avaliação que auxiliem na melhoria e fortalecimento das políticas públicas adotadas, especialmente aquelas que são relacionadas ao combate às fragilidades sociais, o que certamente desemboca em melhorias na capacidade profissional dos governo e intensificação do controle social.

Ainda sobre a temática, Cunha (2018), indica a importância da avaliação como

fonte para subsidiar a formulação e planejamento das políticas públicas bem como da gestão, apontando as demandas por ajustes e correções, e processos de tomada de decisão quanto a aplicação, descontinuação ou manutenção da política pública. Além disso, a avaliação revela a natureza de um estado gerencial, orientada para o cidadão, maximizando os resultados obtidos com o recurso público disponível.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esse pesquisa é caracterizada como estudo de caso e está dividida em duas partes, a primeira tem a finalidade de analisar o desempenho dos municípios alagoanos nos últimos biênios, no que versa o direito constitucional à Educação pública, antes e depois do lançamento da política pública nomeada Escola 10, considerando para a análise as séries iniciais e finais do ensino fundamental, conforme as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a segunda parte será realizada através de uma Análise Envoltória de Dados para estimar a eficiência da educação no Estado.

A análise proposta parte da análise através de uma pesquisa quantitativa com abordagem descritiva com o objetivo registrar os fatos, analisar, classificar e depois interpretar, como versa Vieira Andrade, 2002. Para elaboração da pesquisa foram utilizados dados secundários considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que é um índice criado em 2007 com o objetivo de mensurar a qualidade do aprendizado em nível nacional, estabelecendo metas a posteriori para a melhoria do ensino.

Já na Análise Envoltória de Dados – DEA, tem o objetivo de permitir uma comparação entre as Unidades Tomadoras de Decisão (DMU), que produzem tarefas semelhantes alcançando resultados distintos na relação entre o número de insumos utilizados e a quantidade de saída produzida (MEZA *et al.*, 2005).

3.2. Coleta dos Dados

Para elaboração da análise a coleta de dados foi realizada durante o mês de janeiro de 2022, os dados foram retirados nos sítios oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Estado de Alagoas e do próprio portal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Os dados obtidos foram

realocados e organizados de maneira cronológica, através de planilhas no Microsoft Excel.

Para primeira parte do estudo foram consideradas as notas do IDEB apenas da rede pública dos 102 municípios alagoanos durante os biênios de 2013, 2015, 2017 e 2019. Nessa análise, todos os municípios participaram, pois o critério de avaliação são as notas da prova Brasil, que é aplicada a nível nacional, independente do programa, não sendo considerável o numero de municípios que zeraram a prova. Também será analisada a nota geral do Estado e a meta que havia sido previamente estabelecida em cada biênio, com o objetivo de averiguara evolução dos municípios que atingiram ou ultrapassaram a meta previamente imposta após o início do programa Escola 10.

No segundo momento para a etapa da DEA foram selecionados apenas os 48 maiores municípios do Estado, segundo dados do IBGE colhidos em janeiro de 2022. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e tratados no programa SIAD em dois momentos. O primeiro analisando a eficiência do biênio de 2017 e em seguida do biênio de 2019. Para aferir a eficiência foi considerados os números de 1 a 4, sendo o 1 eficiência plena e o 4 ineficiência plena.

As variáveis consideradas como OUTPUT são a média por município do desempenho dos alunos que cursam os anos finais do ensino fundamental na edição da Prova Brasil, conforme dados do INEP e o indicador de desempenho médio por município – IDEB que é calculado a partir dos dados sobre aprovação obtidos no censo escolar e de médias de desempenho nas avaliações do Saeb e na Prova Brasil. O INPUT considerado foram as médias das notas da Prova Brasil conforme desempenho por município das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e as DMUs são os 48 maiores municípios selecionados. Ao propor esse modelo de análise como forma de avaliar o ciclo de alunos nas duas etapas do ensino fundamental, para verificar aqueles municípios que obtiveram o melhor desempenho na qualidade do ensino fundamental de maneira geral.

4 Apresentação dos Resultados

4.1 Descrição dos Dados

Nesta apresenta-se uma análise descritiva do desempenho dos municípios alagoanos durante o período dos quatro últimos biênios, através das notas do IDEB, como demonstram as Tabelas 1 e 2, que tratam das notas mínimas, máximas, da média e do desvio padrão de cada município durante o período supramencionado.

Tabela 1 – Análise Descritiva dos Anos Iniciais

ANOS INICIAIS				
	2019	2017	2015	2013
Mínimo	0	3,1	0	0
Máximo	8,9	8,5	6,8	6,8
Média	5,217647	4,786275	4,1	4,1
Desvio Padrão	0,981957	0,767023	0,93141	0,93141

Na tabela acima observa-se que apenas no biênio de 2017 que nenhum município de Alagoas tirou a nota 0, contudo a situação favorável não se repetiu posteriormente. As notas máximas seguiram aumentando de forma satisfatória e muito acima da média.

Tabela 2 – Análise Descritiva dos Anos Finais

ANOS FINAIS				
	2019	2017	2015	2013
Mínimo	0	0	0	0
Máximo	7,2	6,3	4,6	4,1
Média	4,40686	3,82843	3,043137	2,676471
Desvio Padrão	0,92471	0,75326	0,749853	0,63217

A Tabela 2 evidencia dados menos satisfatórios quando comparados aos dados da Tabela 1, uma vez que em todos os biênios tiveram municípios que pontuaram 0 na nota do IDEB, como também notas mais baixas no máximo e na média, a ponto de que em nenhum biênio a média chegou a 4,5, diferentemente dos anos iniciais, que desde 2017 já obtiveram uma média melhor e seguiu crescendo.

4.2 Apresentações dos Resultados

Podemos observar na Tabela 03 o desempenho consolidado do estado dos anos iniciais finais do ensino fundamental, é válido ressaltar que os anos iniciais compreendem a 4ª série/5ºano e os anos finais a 8ª série/9º ano.

Tabela 3 - IDEB do Estado de Alagoas

IDEB ALAGO			AS	
4ª SÉRIE/5º ANO			8ª SÉRIE/9º ANO	
ANO	META	ATINGIDO	META	ATINGIDO
2019	4.3	5.3	4.1	4.5
2017	4.0	4.9	3.8	3.9
2015	3.7	4.3	3.5	3.2
2013	3.4	3.7	3.2	2.8

Com base nos resultados, podemos afirmar que o Estado de Alagoas tem se desenvolvido e evoluído no quesito educação básica, os anos iniciais estão em constante evolução da meta desde o biênio de 2013, quando a atenção é voltada para os anos finais é válido observar que no biênio de 2017 Alagoas já consegue atingir e superar a meta, como também é importante enfatizar que a meta para o biênio de 2021 é 4.3, então a expectativa é que mais uma vez seja superada, uma vez que em 2019 já foi atingida além da meta de 2021, com uma pontuação de 4.5.

A Tabela 4 e 5 que seguem mostra o número de municípios que superaram, atingiram ou não a meta no período analisado.

Tabela 4 – Quantitativo de municípios em acordo com as Metas – Anos Iniciais

SITUAÇÃO	METAS			
	Nº DE MUNICÍPIOS			
	2019	2017	2015	2013
ATINGIDA	3	3	2	5
SUPERADA	95	92	94	83
NÃO ATINGIDA	4	7	6	14

Fonte: Tabulação dos dados retirados no portal Qedu.

Os resultados seguem reafirmando que a educação básica em Alagoas dos anos iniciais segue de maneira positiva, uma vez que desde o biênio de 2015 mais de 90% dos municípios conseguiram superar a meta, até mesmo o biênio de 2013 traz resultados satisfatórios mesmo que com um número maior de municípios que não atingiram a meta. Enfatiza-se aqui que o resultado analisado de forma isolada na Tabela 4, apesar de ter sido positivo, contínuo e crescente, não trouxe números diferentes e significativos com o passar dos anos.

Tabela 5 – Quantitativo de municípios em acordo com as Metas – Anos Finais

SITUAÇÃO	METAS			
	Nº DE MUNICÍPIOS			
	2019	2017	2015	2013
ATINGIDA	11	11	3	3
SUPERADA	69	47	22	12
NÃO ATINGIDA	22	44	77	87

Fonte: Tabulação dos dados retirados no portal Qedu.

É notório o avanço da Educação no Estado, principalmente quando analisados os últimos 4 biênios disponíveis, essa parte da análise será dividida em três blocos, sendo analisados primeiramente os municípios que não atingiram a meta do IDEB. Anteriormente a homologação da política pública, nos biênios de 2013 e 2015 a taxa de municípios que não atingiram a meta proposta foi respectivamente 85% e 75% , já em 2017 e 2019 observa-se uma redução bastante considerável dessa taxa, indo para 43% e 22% respectivamente.

Apenas 3% dos municípios alagoanos conseguiram atingir a meta em 2013 e 2015, nos mesmos biênios, apenas 12% e 22% respectivamente conseguiram superar essa meta, números muito abaixo da média esperada, contudo em 2017 já houve um avanço bastante significativo sendo 11% os municípios que atingiram a meta e 46% os que superaram, esse avanço foi contínuo e no biênio de 2019, 68% dos municípios conseguiram superar a meta, um aumento significativo que deixou o Estado de Alagoas em 13º colocado no ranking nacional do IDEB.

As figuras a seguir ilustram o desempenho das notas do IDEB em Alagoas, trazendo um comparativo com as suas próprias metas e com a nota alcançada pelo país de maneira consolidada.

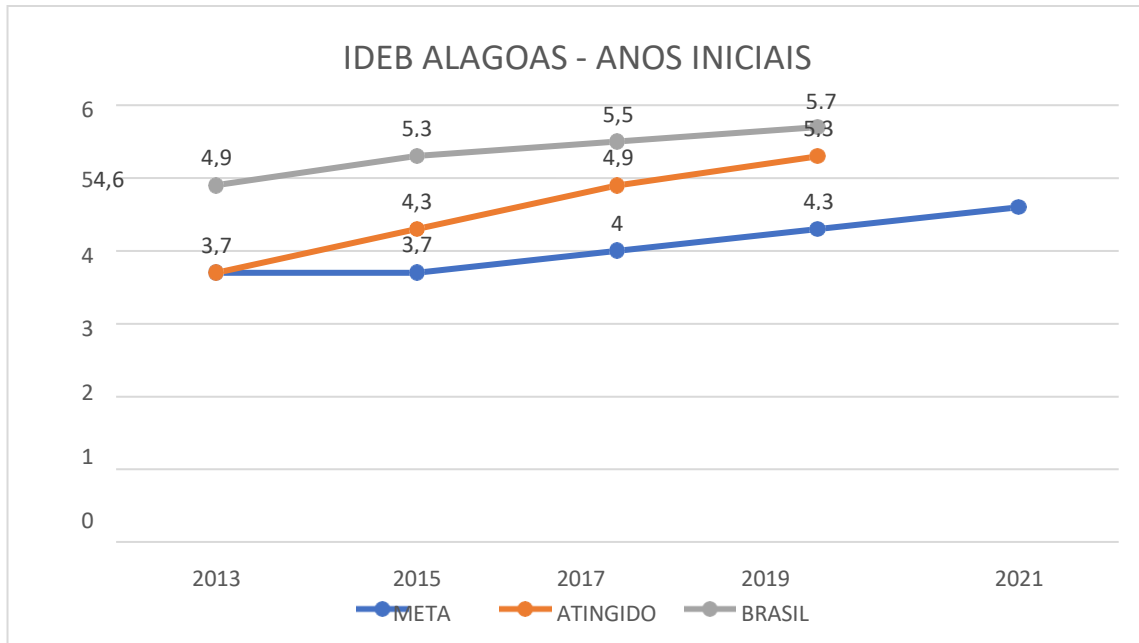


Figura 1 – Notas IDEB dos Anos Iniciais

Percebe-se que mesmo ultrapassando a meta, Alagoas estava distante da nota nacional, quando observado por esse ângulo, nota-se que após a implementação da política pública em 2017, essa diferença diminuiu significativamente conseguindo atingir apenas 0,4 a menos que a nota brasileira.

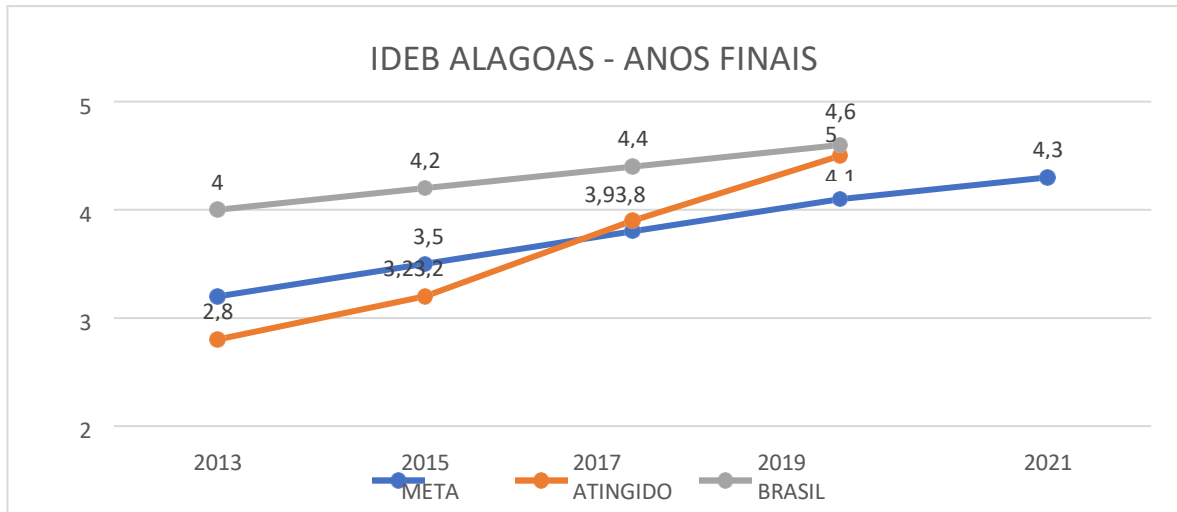


Figura 2 – Notas IDEB dos Anos Finais

Conforme a figura 2 evidencia, nota-se que após 2017 os anos finais conseguiram crescer de maneira significativa, destaca-se que no último biênio a nota do Estado de Alagoas foi 4,5 e a nota nacional foi 4,6, uma diferença de apenas – 0,10 o que evidencia um avanço bastante positivo principalmente quando comparamos com o primeiro biênio analisado onde a diferença era de 1,2.

4.3 Análise Envoltória de Dados - DEA

A análise envoltória de dados neste estudo apresentará resultados sobre a estimativa da eficiência da educação conforme os resultados da prova Brasil e do indicador de desempenho IDEB. Os resultados da tabulação foram divididos por escala conforme tabelas abaixo:

Tabela 6 – Escala de Eficiência 2017

2017			
	Classes	LimInf	LimSup
4	Ineficiência plena	0,691548	0,768661
3	Eficiência fraca	0,768662	0,845775
2	Eficiência razoável	0,845776	0,922889
1	Eficiência plena	0,92289	1

Tabela 7 – Escala de Eficiência 2019

2019			
	Classes	LimInf	LimSup
4	Ineficiência plena	0	0,25
3	Eficiência fraca	0,26	0,51
2	Eficiência razoável	0,52	0,77
1	Eficiência plena	0,78	1

Conforme tratamento dos dados chega-se aos resultados finais da análise, é notório o avanço da eficiência da maioria dos municípios no Estado principalmente nos resultados obtidos no ano de 2019 onde teoricamente o programa escola 10 estaria dando resultados, contudo não podendo ser relacionado diretamente com o programa, uma vez que as variáveis são limitadas ao ensino fundamental e apenas aos resultados das provas realizadas pelos alunos, considerando apenas os dados selecionados nesse estudo o cenário encontrado é de que houve um aumento de 90% das cidades que conseguiram atingir a eficiência plena, detalhamento dos resultados a seguir:

Quadro 1 – Eficiência dos Municípios

ESCALA	QUANTIDADE	
	2017	2019
1	10	43
2	20	4
3	14	0
4	4	1

Observa-se números satisfatórios quando consideramos que apenas 10 dos municípios analisados tinham atingido a eficiência plena em 2017, 20 a eficiência

razoavel e 14 a eficiência fraca, esses numeros foram notoriamente ultrapassados no biênio de 2019, uma vez que 43 no universo de 48 municipios alcançaram a eficiencia plena, apenas 4 alcançaram uma eficiência razoavel e um a eficiência fraca.

Considerações Finais

Alagoas é um Estado que tende a evoluir ainda mais no quesito educação, atualmente, o governo estadual e o município de Maceió lançaram políticas públicas para incentivar os jovens a frequentarem as escolas e concluírem seus estudos. De forma gradual, o programa Escola 10 se transformou no ano de 2021 no programa “Cartão Escola 10”, uma política muito parecida com o “Bolsa-Escola”, implementado em 2001 pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ambos os programas possuem características semelhantes relacionadas à transferência de renda associada a condicionantes e direcionadas a incentivar os alunos desestimulados ou que precisam largar os estudos para trabalhar.

Esse estudo constatou que os resultados dos municípios no IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental estão evoluindo de maneira positiva, porém esse crescimento não se mostrou relacionado à implementação da política pública, uma vez que esse avanço já estava acontecendo com o decorrer dos anos. Contudo, também não se pode desconsiderar que houve um avanço depois do programa Escola 10, mas devido a limitação de outros fatores, não pode-se considerar 100% verdadeira a hipótese (I) que diz que a implementação do programa colaborou positivamente para o avanço da qualidade do ensino em Alagoas.

Os benefícios da implementação do programa Escola 10 foram sentidos nos anos finais do ensino fundamental, que melhoraram significativamente nos últimos dois biênios. Considerando que o resultado do biênio anterior já ultrapassou a meta para o biênio atual, respondendo a indagação norteadora desse estudo, podemos considerar, apenas com os dados expostos, que o programa escola 10 tem melhorado a qualidade do ensino em Alagoas, alavancando a eficiência de muitas cidades do Estado. Enfatiza-se que outras variáveis também podem influenciar diretamente nesse resultado, como por exemplo a defasagem escolar, que serve como sugestão para estudos posteriores.

Nesse sentido, Segundo Oliveira (2012), fatores precisam ser considerados na análise desses dados, de forma que acaba amenizando a importância do aumento das notas do IDEB no anos finais do ensino fundamental, tais como as condições socioeconômicas dos alunos e a popularização do IDEB, que ganha relevância e pode estimular professores

e alunos a obterem notas maiores.

Com os resultados da Análise Envoltória de Dados, os avanços da educação no Estado de Alagoas ficaram mais evidentes, considerando o aumento significativo do número de municípios que conseguiram atingir a eficiência plena, podemos afirmar como verdadeira a hipótese (II) que trata da eficiência do ensino de Alagoas considerando apenas o ensino fundamental da rede pública, porém de forma limitada uma vez que só foram analisados os resultados do ensino fundamental e apenas dos maiores municípios do Estado. Este estudo é limitado também ao uso de dados quantitativos para análise e formulação de resultados, com base de dados proveniente dos resultados apenas dos alunos, que foram utilizados devido a disponibilidade em sites oficiais do ministério da educação, futuras pesquisas poderão incluir pesquisas *in loco* e análise de dados qualitativos, podendo oferecer resultados diferentes dos que foram alcançados até o momento.

Contudo, a educação pública do Estado ainda tem um longo caminho a ser percorrido, pois conforme amplamente noticiado nos meios de comunicações locais, encontram-se escolas sem estrutura adequada, professores insatisfeitos com a desvalorização e alunos desmotivados, que podem ser considerada variáveis para estudos posteriores. Os aspectos estruturais e humanos são de suma importância e necessitam de atenção imediata para que o Estado possa se desenvolver como um todo, afinal educação de qualidade é a base primordial para o crescimento da nação. Nesse sentido, não seria demasiado vislumbrar esses aspectos como uma lacuna para estudos futuros, especialmente considerando os fatores que ditam a vulnerabilidade sócioeconômica de muitos alunos atendidos pela rede pública de ensino. Tais questões, inclusive, poderiam servir de apoio na formulação de indicadores e métodos de avaliação da gestão de políticas públicas como o Programa Escola 10.

Referências

AGENCIA ALAGOAS. **Programa Escola 10 vira Lei e é transformado em política pública de Estado**. Disponível em <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/27948-programa-escola-10-vira-lei-e-transformado-em-politica-publica-de-estado>. Acesso em: 18 jan. 2022.

AGUIAR, M. Â. da; CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação.

Revista do Serviço Público, v. 51, n. 4, p. 5-60, fev. 2014. DOI:
<https://doi.org/10.21874/rsp.v51i4.334>.

ALAGOAS. Gabinete do Governador. Lei n.º 8.048, de 23 de novembro de 2018. Institui o Programa Escola 10. Diário Oficial do estado de Alagoas. Maceió, ano 106, n.º 960. 26 nov. 2018 b, p. 1.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Indicadores Básicos de Alagoas. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017 b. Ano 3, n. 3. Disponível em:
<http://dados.al.gov.br/dataset/79fa1657-a13f-41a2-9087-95d1fc8ca12b/resource/d2c97b5a-fe1b-4f74b63b1a267c37e47f/download/indicadoresbasicos>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ALAGOAS. **Escola 10**. Secretaria de Educação. Disponível em
<http://www.educacao.al.gov.br/projeto/item/16783-escola-10>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ALAGOAS. Lei nº 8.048, de 23 de novembro de 2018. Institui o Programa Escola 10. Diário Oficial do Estado de Alagoas, 2018. Disponível em
https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1501/lei_no_8.048_de_23_de_novembro_de_2018.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

ARAUJO, K. H.; LEITE, R. H.; PASSONE, E. F. K. Política de accountability educacional no estado do Ceará: repercussões nas dinâmicas pedagógicas. **Revista Teias**, v. 19, n. 54, p. 95-113, 2018. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/35985>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, E. M. (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.

AZEVEDO, J. M. L. de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. *In*: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-42.

CUNHA, C. G. S. da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, p. 27-57, 2018.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 211-259, 2000.

GOMES, M. P.; DUARTE, A. J. Desigualdade social e o direito à educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio. **Revista Inter Ação**, v. 44, n. 1, p. 16-31, 2019.

LIRA, J. de S.; HERMIDA, J. F. Gestão, financiamento e (des)valorização da educação em Alagoas (2007-2014). **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 132-150, 2018. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2031>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018.

MOKATE, K. M. Convertiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 1, p. 89-134, 2002.

NARDI, E. L.; SHNEIDER, M. P.; DURLI, Z. O Plano de Desenvolvimento da Educação–PDE e a visão sistêmica de educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 26, n. 3, p. 551-564, 2010.

OLIVEIRA, C. M. B. de; GOMES, M. das G. C.; SILVA, W. C. M. da; FARENZENA, N. O Programa Escola 10 no contexto da educação alagoana. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 5, n. 1, p. 531-546, 2020. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/900. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, L. R. de; PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos Ebape**, v. 17, p. 324-337, 2019.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 903-923, 2013.

VEDUNG, E. **Public policy and program evaluation**. New Brunswick: Transaction, 2009.

VELOSO, F. A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. In: BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. (eds). **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 215-253.

SILVA, W. C. M. da. O Programa Escola 10 e os desafios da gestão da educação em Alagoas. In: SANTOS, J. S. A. dos; TRAJANO JÚNIOR, S. B. (org.). **Políticas e gestão da educação brasileira em cenário alagoano**. Brasília, DF: ANPAE, 2020. p. 51-63.

SILVA, W. C. M. da. **Uma análise do Programa Escola 10 como política pública educacional para o estado de Alagoas**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.

WEISS, C. H. The interface between evaluation and public policy. **Evaluation**, v. 5, n. 4, p. 468-486, 1999.